

Sobre o caráter contingente da concepção de conhecimento evidente em Guilherme de Ockham

Júlia Rodrigues Molinari¹

O conceito de “notícia evidente” (*notitia evidens*) é central na obra de Ockham, na medida em que ele articula suas definições dos atos apreensivos e judicativos. De modo resumido, ela é definida como uma apreensão intelectual de uma proposição, que segue dois critérios para ser dita evidente: (1) a proposição deve ser verdadeira; e (2) a apreensão dos termos deve ser de tal modo que eles sejam *capazes de causar* uma notícia evidente. Ockham descreve a notícia evidente, assim como os outros atos apreensivos do intelecto, no início de seu *Comentário às Sentenças* (OTh I, pp. 1-49)², tomando-os como ferramentas para solucionar uma pergunta de caráter teológico – *se o intelecto do peregrino é capaz de ter notícia evidente das verdades da teologia*. Tendo isso em vista, o método desse trabalho se concentrará em investigar se o contexto em torno da definição da notícia evidente, que inclui debates teológicos, pode ser deixado de lado sem prejuízos, ou se é parte fundamental da compreensão desse conceito. Buscaremos argumentar que se trata do segundo caso, e que é do interesse do historiador da filosofia se atentar ao contexto da obra do autor.

O trabalho tem por objetivo apresentar a formulação de um problema acerca da compreensão da “notícia evidente”³ descrita por Ockham na primeira questão do Prólogo, tendo em vista não a solução desse problema, mas sim o acréscimo de elementos para os debates sobre o assunto. Partiremos de uma pergunta: por que Ockham afirma que a notícia evidente se distingue dos cinco hábitos intelectuais descritos por Aristóteles na *Ética a Nicômaco*? Para melhor circunscrevermos a questão colocada, podemos formular dois problemas acerca da compreensão da função da notícia evidente dentro e fora da primeira questão do Prólogo. É possível isolar a definição da notícia evidente do contexto textual em que ela está inserida sem perdas conceituais? Podemos tratá-la, na obra de Ockham, como uma descrição puramente sobre processos cognitivos, e não necessariamente relacionada com

1 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – USP

2 Seguindo a tradição, usaremos as abreviações OTh e OPh para indicar, respectivamente, a *Opera Theologica* e a *Opera Philosophica*, edições críticas da obra de Guilherme de Ockham organizadas por Philotheus Boehner.

3 Escolhemos traduzir o termo “*notitia*” por “notícia”, sabendo que isso pode inicialmente dificultar a compreensão do conceito. De fato, alguns autores optam por traduzir “*notitia*” por “conhecimento”, tornando a leitura mais acessível ao vocabulário atual. Entretanto, parece haver pequenas variações de sentido entre os termos latinos referentes ao vocabulário do “conhecimento” intelectual, de modo que, para preservar a tecnicidade do texto do autor e evitar perdas de sentido, optamos por manter uma distinção entre “notícia” e “conhecimento”. Por enquanto, é suficiente indicar, para ajudar o leitor, que a notícia evidente é um tipo de conhecimento intelectual que possui certas especificidades. Sobre a dificuldade de se traduzir o termo “*notitia*”, cf. OLIVEIRA, (2001), pp. 156-163.

discussões inerentes ao campo da teologia? Serão essas questões que tentaremos circunscrever aqui, sem a pretensão de esgotar a discussão sobre a definição em si.⁴

A hipótese de não haver correlação necessária entre o campo da teologia e as teses de Ockham sobre os atos apreensivos e judicativos do intelecto não pode ser descartada facilmente, sob a acusação de anacronismo, na medida em que a própria forma da primeira questão nos induz a pensar que tais teses são pressupostos para a formulação e solução de um problema teológico, mas parecem ser apresentados como conteúdos *prévios* a esse problema, necessários para o entendimento da questão. Em outras palavras, parecem ser ferramentas para uma discussão teológica, mas anteriores a essa discussão, na medida em que dizem respeito ao conhecimento humano em geral, e por isso não precisariam necessariamente ser remetidos ao campo da teologia. Por outro lado, a descrição de Ockham sobre os atos cognitivos, e também sobre a notícia evidente, se encontram todos em trabalhos de teologia, como nota Piché, ao afirmar que a descontextualização dos conceitos referentes aos atos apreensivos pode gerar problemas de compreensão:

Para alcançar uma compreensão adequada e justa avaliação das noções ockhamianas de intuição e abstração, é importante, antes de tudo determinar os problemas que Ockham ele mesmo queria tratar com a ajuda desses conceitos. [...] As noções de conhecimento intuitivo e abstrativo são forjadas e desenvolvidas por Ockham dentro do quadro de discussões teológicas e visando, antes de tudo, a resolução de problemas de teologia. A gnoseologia é um meio, e não um fim para Ockham: ela é um instrumento *filosófico* que ele utiliza para resolver problemas *teológicos*. (PICHÉ, 2005, p. 10)⁵ Grifos do autor.

Piché organiza uma coletânea de passagens referentes aos dois atos apreensivos do intelecto, que se encontravam espalhadas em diversas passagens da obra de Ockham, com a advertência de que o recorte é feito para facilitar o trabalho do pesquisador, que, no entanto, não pode deixar de lado o contexto de onde essas passagens foram retiradas. Para compreender como Ockham define esses conceitos, é preciso atentar para os problemas que ele pretendia responder com eles, já que sua “teoria do conhecimento”⁶ não era um fim em si mesmo, mas recursos para solucionar problemas para além dela.

Dentro da descrição dos atos próprios do intelecto, isto é, os atos de apreensão e os atos de assentimento e dissentimento, a notícia evidente aparece no limiar entre ambos, como certo tipo de apreensão proposicional que leva a um ato de juízo. Ela parece ser algo como um “princípio” que serve para Ockham formular diversas definições, como a de ciência, e em

4 A discussão sobre a notícia evidente é extensa, passando pelas dificuldades de tradução, que mencionaremos brevemente adiante, até a polêmica sobre a consistência da afirmação de que o conhecimento evidente não pode levar a juízos falsos e por isso permite uma certeza da verdade do conhecimento intelectual, e ainda, como consequência, toda a bibliografia que analisa a causalidade envolvida nesse tipo de assentimento. Para uma descrição mais detalhada do assunto, ver, por exemplo: PERINI (2001); OLIVEIRA (2001); PANACCIO, PICHÉ (2010); SCHIERBAUM (2014).

5 “Pour parvenir à une compréhension adéquate et à une juste appréciation des notions ockhamiennes d’intuition et d’abstraction, il importe avant tout de déterminer les problèmes que Guillaume lui-même a voulu traiter à l’aide de ces outils conceptuels. [...] Les notions de connaissances intuitive et abstractive sont forgées et développées par Ockham dans le cadre de discussions théologiques et visent avant tout la résolution de problèmes de théologie. La gnoseologie est un moyen et non une fin pour Ockham: elle est un instrument *philosophique* qu’il utilise pour résoudre des problèmes *théologiques*”.

6 O termo é anacrônico exatamente pelo que acabamos de indicar: Ockham não procura descrever os atos intelectuais como um problema em si, mas sim como um recurso para outras discussões. Por isso mesmo, sua descrição não é sistemática e as passagens sobre o assunto se encontram espalhadas em diversos lugares de sua obra, dificultando o trabalho do pesquisador.

especial de conhecimento intuitivo e abstrativo, que aparecem no Prólogo - por isso mesmo, a importância do conceito se expressa em sua função de articular toda a discussão de Ockham sobre o conhecimento.

Buscaremos mostrar que dois elementos contextuais precisam ser considerados para tratar da notícia evidente. Em primeiro lugar, o contexto teológico em que ela está inserida: é preciso entender quais os problemas que pretendem ser solucionados pela definição da notícia evidente, assim como os postulados teológicos envolvidos na argumentação de Ockham. Não podemos simplesmente descartar a possibilidade de intervenção divina nos processos cognitivos porque, mesmo que isso seja, como veremos, apenas hipotético e não influencie no funcionamento natural da cognição do homem, essa possibilidade é utilizada por Ockham para que ele formule suas descrições sobre os atos do intelecto, e por isso é parte fundamental de sua argumentação. Em segundo lugar, o contexto filosófico em que ela está inserida, que é relacionado com os problemas teológicos: a discussão sobre os cinco hábitos intelectuais parece apontar para discussões sobre o conhecimento intelectual do singular, que é fundamental para distinguir a notícia evidente do conhecimento científico, assim como da apreensão das verdades *per se nota* (evidentes por si). Em ambos os casos, nos concentraremos em indicar que sua definição apresentada na primeira questão do Prólogo não pode ser isolada dos debates que ali se encontram.

Na primeira questão do Prólogo, Ockham se propõe a resolver a pergunta: se é possível que o intelecto do peregrino tenha notícia evidente das verdades da teologia. O problema gira em torno de se estabelecer quais conhecimentos são acessíveis ao peregrino (isto é, ao homem em seu estado de vida presente), o que são as “verdades da teologia”, e por consequência, quais delas o peregrino pode conhecer de modo evidente. Como indica Boulnois, o problema parece inicialmente discutir se é possível haver um conhecimento teológico que seja científico, e não apenas sustentado pela fé. O que precisa ser solucionado na primeira questão diz respeito a possibilidade de haver um conhecimento intelectual evidente das verdades da teologia, em oposição apenas ao conhecimento revelado das verdades da teologia, cujo único fundamento de sua verdade é o ato de fé existente na vontade. Em outras palavras, a descrição da notícia evidente serve para determinar se o conhecimento das verdades da teologia pode ocorrer a partir de uma apreensão intelectual dos termos, em oposição ao conhecimento revelado. Entretanto, Ockham reformula a questão para mostrar que a teologia não se enquadra nos padrões de uma ciência tomada em sentido estrito, por conter tanto verdades necessárias quanto contingentes⁷; por isso, a questão gira em torno da evidência em si, ou melhor, em quais dessas proposições podem ou não ser conhecidas evidentemente pelo peregrino (BOULNOIS, 2009 p. 379-371). A reformulação da questão aponta para a tese de que “notícia evidente” e “ciência” não são a mesma coisa, e que a notícia evidente poderá ser de proposições contingentes.

Para entender como Ockham argumenta sobre o conhecimento do contingente, precisamos primeiro analisar a definição da notícia evidente:

(...) digo que notícia evidente é a cognição de um complexo verdadeiro apta a ser causada de modo suficiente, de modo imediato ou mediato, a partir da notícia incompleta dos termos. Assim: quando a notícia incompleta de

7 Segundo Ockham, uma ciência tomada em sentido estrito não pode conter verdades contingentes, mas apenas verdades necessárias e universais, conhecidas a partir de raciocínios silogísticos. O conceito de notícia evidente é utilizado para abordar algumas das acepções de ciência descritas no prólogo de seu *Comentário à Física*. Cf. OPh IV, pp. 3-14.

alguns termos, |§ quer sejam termos dessa proposição, quer de outra, quer de diversas proposições, §| em qualquer intelecto que tenha tal notícia, causa |§ ou está apta a causar §| de modo suficiente, de modo mediato ou imediato, a notícia do complexo, então esse complexo é conhecido de modo evidente. (OTh I, pp. 5-6)⁸ Tradução de Carlos Eduardo de Oliveira, inédita.⁹

A definição afirma que a notícia evidente é a cognição de um *complexo*, isto é, de uma proposição composta por um sujeito e um predicado, sendo cada um desses termos que a compõem o que Ockham chama de *incomplexos*. Ela diz respeito sempre a uma proposição verdadeira, não podendo haver conhecimento evidente de algo falso (PERINI, 2005, p. 437). A passagem nos indica que não se trata do conhecimento de qualquer proposição verdadeira, pois há um certo critério para determinar se a notícia é ou não evidente: ela é apta a ser causada (*nata...causari*)¹⁰, de modo suficiente, a partir a notícia incomplexa dos termos. Ou seja, para haver uma notícia evidente pressupõe-se que os termos que compõem a proposição sejam capazes de causar tal notícia – e nem todos os termos apreendidos intelectualmente possuem essa capacidade.

Por que Ockham afirma que a notícia evidente é *apta a ser causada (nata...causari)* pela apreensão incomplexa, e não que ela é causada pela apreensão dos termos? Em primeiro lugar, isso aponta para o fato de que aquilo que determina o que é a notícia evidente não é a atualidade dela no intelecto, mas a possibilidade dela ser causada a partir da apreensão dos termos: ainda que a notícia evidente não seja de fato causada, o que determina a evidência é a capacidade de seus termos a causarem. Contudo, a expressão “*nata...causari*” parece indicar mais do que apenas o fato de que a notícia evidente não precisa ser efetivamente causada para ser definida. Segundo Oliveira (OLIVEIRA, 2018), a expressão aponta a possibilidade dela ser causada tanto em situações naturais – quando os termos apreendidos possuem a capacidade de causa-la – quanto em casos sobrenaturais, em que não são os termos que a causam, mas uma ação direta de Deus.

O segundo caso é sustentado ao final da própria questão, quando Ockham afirma que o intelecto do peregrino é capaz de conhecer evidentemente, por meio da notícia abstrativa¹¹, certas verdades da teologia, se houver uma intervenção divina que cause essa notícia – o que não aconteceria em situações naturais, pois a apreensão dos termos não seria apta a causar a notícia evidente. O que está em jogo, quando Ockham descreve a notícia evidente, não é

8 “Circa secundum, scilicet quae notitia est evidens, dico quod notitia evidens est cognitio alicuius veri complexi, ex notitia terminorum incomplexa immediate vel mediate nata sufficienter causari. Ita scilicet quod quando notitia incomplexa aliquo rum terminorum |§ sive sint termini illius propositionis sive alterius si ve diversarum propositionum §| in quocumque intellectu habente talem notitiam sufficienter causat |§ vel est nata causare §| mediate vel immediate notitiam complexi, tunc illud complexum evidenter cognoscitur.”

9 Para as passagens citadas da primeira questão do Prólogo, faremos uso dessa tradução. Há outra tradução para o português disponível em: SANTOS (1997).

10 A tradução da expressão por “apta a ser causada” é uma interpretação, e por isso não se trata de um consenso. Alguns autores, como Perini, optam por traduzir o termo “nata” por *naturalmente*, ou *por natureza*, compreendendo assim que Ockham está afirmando que a notícia evidente pode ser causada naturalmente pela apreensão dos termos, resultando em leituras diferentes da definição. Cf. PERINI (2005), p. 440.

11 A notícia abstrativa é descrita por Ockham no Prólogo como um ato apreensivo que não permite o conhecimento da existência ou da não-existência do conteúdo apreendido, de modo que ele não permite conhecer verdades contingentes (OTh I, pp. 30-33), e se opõe à notícia intuitiva, que permite o conhecimento da existência. Como a definição de “intelecto do peregrino” dada no início da questão afirma que o peregrino não é capaz de ter notícia intuitiva da deidade (OTh I, p.5), resta para a solução da questão apontar a possibilidade dele ter uma notícia abstrativa de algumas verdades da teologia.

o conhecimento intelectual evidente de verdades necessárias apreendido naturalmente, mas sim o conhecimento evidente de verdades contingentes da teologia, e também de verdades apreensíveis abstrativamente, que, no entanto, só podem ser conhecidas evidentemente por uma ação *sobrenatural*. Desse modo, a leitura da expressão “*nata...causari*” como uma divisão de duas possibilidades de causas se fortalece, pois é precisamente a possibilidade de Deus causar diretamente uma notícia evidente que permite responder ao problema principal da primeira questão, dando uma resposta parcialmente positiva: o intelecto do peregrino é capaz de ter notícia evidente de algumas verdades da teologia conhecidas abstrativamente e causadas sobrenaturalmente (GUELLEY, 1947 pp. 105-112).

Assim, na definição, a intervenção divina aparece, ainda que de modo não detalhado, como um elemento fundamental para caracterizar a notícia evidente. Essa intervenção só pode ser afirmada a partir de um postulado de caráter teológico, a saber, que Deus, enquanto causa primeira, pode produzir tudo aquilo que as coisas criadas, como causas segundas, são capazes de produzir (OTh I, pp. 38-39). Assim, se os termos, que são causas segundas, naturalmente são capazes de produzir uma notícia evidente, ela pode também ser causada diretamente por uma ação divina. Nesse ponto, é preciso notar que há um postulado teológico inserido dentro da definição apresentada por Ockham da notícia evidente, que permite estabelecer um caso hipotético de ação divina para melhor precisar o que está sendo proposto.

É possível, porém, argumentar que essa possibilidade aparece apenas como forma de resguardar a onipotência divina como capaz de intervir em qualquer ato intelectual humano – como afirma Panaccio, quando o mesmo postulado é utilizado para descrever a notícia intuitiva do não existente (PANACCIO, 2004, pp. 6-7) – e, por outro lado, no que diz respeito ao funcionamento *natural* da notícia evidente, ela ocorre segundo os critérios de apreensão dos termos que serão indicados posteriormente ao longo do texto, e tais critérios permitem estabelecer um funcionamento natural e homogêneo aos atos cognitivos humanos. De certo modo, isso apontaria para pouca ou quase nenhuma relevância do postulado da onipotência divina na descrição dos atos intelectuais, retomando novamente a tese que apresentamos inicialmente, segundo a qual os conceitos descritos por Ockham para explicar os atos cognitivos podem ser isolados do contexto teológico, dessa vez com o acréscimo: supondo seu funcionamento natural. Entretanto, descartar o postulado da onipotência divina levaria alguma perda na compreensão da própria definição de notícia evidente, na medida em que ela não pode ser descrita com precisão apenas como um ato de juízo causado naturalmente e necessariamente a partir da apreensão natural dos termos, como descreve Perini (PERINI, 2005, pp. 440-441).

Observamos, até aqui, duas características da notícia evidente: (1) ela é um conhecimento de um complexo verdadeiro; (2) ela é apta a ser causada, em situações naturais, pela apreensão dos termos, e em situações sobrenaturais, por uma ação divina. A definição continua:

Disso se segue que, além da ciência, da intelecção ou da sabedoria, há a notícia evidente, porque a proposição contingente pode ser conhecida de modo evidente e, no entanto, essa notícia nem é ciência nem intelecção nem algum daqueles hábitos que o Filósofo estabelece em *Ética VI*. (OTh I, p. 6.)¹²

12 “Ex isto sequitur quod notitia evidens est in plus quam scientia vel intellectus vel sapientia, quia propositio contingens potest evidenter cognosci, et tamen illa notitia nec est scientia nec intellectus nec aliquis illorum habituum quos ponit Philosophus VI *Ethicorum*.”

Ockham afirma que a notícia evidente é um conhecimento intelectual distinto dos outros hábitos intelectuais descritos por Aristóteles na *Ética* (ciência, inteligência, sabedoria, arte e prudência). O que a distingue desses cinco hábitos é que nenhum deles diz respeito a proposições contingentes, enquanto que a notícia evidente pode ser tanto de proposições universais e necessárias quanto de proposições contingentes. Em outras palavras, Ockham afirma que há um certo tipo de conhecimento *intelectual* que diz respeito a verdades contingentes, e, ainda, pode ser evidente, assim como uma proposição universal também é dita evidente.

É possível identificar, aqui, a tese que Ockham busca defender ao longo do prólogo, de que é possível haver uma apreensão intelectual das coisas singulares externas ao intelecto¹³, e das verdades contingentes, que se afasta do tipo de conhecimento descrito pelos cinco hábitos. Não se trata, entretanto, de se opor ao Filósofo, ou recusar suas teses, mas sim de acrescentar algo a elas. Ockham é declaradamente um autor seguidor de Aristóteles: “Com efeito, o que quer que eu escreva sobre filosofia, digo-o não como meu, mas como de Aristóteles, tal como me parece.”¹⁴ (*Lógica dos termos*, 1999, p. 302). O trecho aparenta contradição com a afirmação de um conhecimento intelectual que não contemplado pelas descrições do Filósofo. É certo que a passagem é um recurso retórico, pois efetivamente, Ockham interpreta a obra de Aristóteles à luz de suas próprias teorias, assim como o faz com as outras autoridades citadas ao longo de seus trabalhos, de modo que a afirmação não pode ser tomada ingenuamente. Por outro lado, é certo que o debate escolástico se dava a partir de conceitos retirados da obra do Filósofo (ainda que cada autor fizesse uso de suas próprias interpretações), e, entretanto, Ockham deliberadamente afirma que há um sexto tipo de conhecimento intelectual além dos outros cinco, introduzindo na discussão um recurso diferente daqueles que haviam sido utilizados até então.

A afirmação se sustenta, adiante, quando o texto passa a discutir não só que o intelecto é capaz de apreender proposições contingentes, mas também que é condição necessária para ele emitir juízos sobre essas proposições que os termos que a compõem sejam apreendidos diretamente por ele (OTh I, pp. 17-18). O argumento central busca mostrar que um ato de juízo é dado sempre acerca de uma proposição, e a apreensão proposicional é um ato referente ao intelecto, e não aos sentidos internos (OTh I, pp. 22-28). Desse modo, se o intelecto é capaz de julgar alguma proposição sobre uma verdade contingente, é preciso que haja nele uma apreensão dos termos pertencentes a essa verdade, que seja capaz de significar as coisas singulares (MOLINARI, pp. 6-7). É precisamente nesses termos que Ockham irá descrever dois tipos de atos apreensivos do intelecto, referentes ao mesmo objeto, a notícia intuitiva e a notícia abstrativa. O que distingue essas duas notícias é que a notícia intuitiva permite que os termos apreendidos causem um juízo evidente acerca de uma verdade contingente, em oposição a notícia abstrativa, que não é capaz de causar esses juízos (OPh I, pp. 30-33). Por isso, a afirmação de que a notícia evidente permite um conhecimento verdadeiro sobre o contingente é central na primeira questão do Prólogo.

Se retomarmos agora as duas questões que propusemos responder no início do trabalho, podemos retirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, perguntamos se é possível isolar a definição de notícia evidente de seu contexto. Parece possível compreender, em linhas gerais, a

13 Há também a apreensão de coisas singulares existentes que não são externas: tantos os atos de cognição dos conceitos, quanto os hábitos, são considerados por Ockham como coisas singulares existentes no intelecto.

14 “Quidquid enim super philosophiam scribo non tamquam meum sed tamquam Aristotelis, ut mihi videtur, dico.” OPh I, p. 182.

definição tomada isoladamente, mas isso não é suficiente para entender porque Ockham está propondo um ato intelectual desse tipo. Para compreendermos o motivo da notícia evidente diferir dos cinco hábitos intelectuais, é preciso observar que Ockham procura, ao longo do prólogo, provar a possibilidade de o intelecto conhecer os singulares diretamente, e emitir juízos verdadeiros sobre eles do mesmo modo como emite juízos sobre proposições universais. Ockham não precisaria da notícia evidente para descrever o conhecimento científico, ou o conhecimento dos primeiros princípios, bastaria utilizar os recursos oferecidos pela obra do Filósofo. Entretanto, ele parece interessado em descrever um tipo de conhecimento intelectual do contingente que não se encaixa nessas categorias. É certo que essa não é a única função da notícia evidente em sua obra, pois ela também é usada para definir o conhecimento científico (já que proposições universais também são conhecidas evidentemente), mas é parte fundamental da divisão dos atos apreensivos em duas notícias, a intuitiva e a abstrativa, que o permitem descrever o conhecimento do contingente.

A segunda pergunta se referia à possibilidade da descrição da notícia intuitiva não se relacionar com o contexto teológico do Prólogo. Percebemos ao longo do trabalho que a discussão se estende para além do problema do conhecimento evidente das verdades da teologia, ainda que esse seja o fio condutor da argumentação. Entretanto, é certo que o postulado da onipotência divina é parte da caracterização da notícia evidente como um conhecimento que pode ser causado de dois modos, um natural e outro sobrenatural, e serve para estabelecer que esse ato intelectual é algo realmente distinto de suas causas. Por isso, consideramos que a compreensão da função da notícia evidente não é um problema estritamente teológico, mas faz uso de recursos teológicos para se desenvolver, e por isso esses recursos não podem ser ignorados.

Referências bibliográficas:

Guilherme de Ockham

GUILLELMI DE OCKHAM, *Opera philosophica et theologica*. Cura Instituti Franciscani. Ediderunt Ph. Boehner et al. New York: The Franciscan Institute, 1967-1988. 17 vols.

GUILLELMUS DE OCKHAM, *Summa logicae. Opera philosophica I*. Ed. Ph. Boehner, G. Gál et S. Brown. New York: The Franciscan Institute, 1974.

GUILLELMUS DE OCKHAM, *Scriptum in Librum primum Sententiarum (Ordinatio). Prologus et distinctio prima. Opera theologica I*. Ed. G. Gál, adlaborante S. Brown. New York: The Franciscan Institute, 1967.

GUILHERME DE OCKHAM, *Lógica dos termos*. [Suma de lógica, parte 1]. Intr. de P. Müller, trad. de F. Fleck. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

GUILHERME DE OKCHAM, *Questão I do Prólogo da Ordinatio* in SANTOS, A. R., *Repensando a filosofia*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997, pp. 57-117.

GUILLAUME D’OCKHAM, *Intuition et abstraction*. Intr. et trad. de D. Piché. Paris : Vrin, 2005.

Comentadores

ALFÉRI, P., *Guillaume d’Ockham, le singulier*. Paris: Minuit, 1989.

BAUDRY, L., *Lexique philosophique de Guillaume d’Ockham. Étude des notions fondamentales*. Paris: Lethielleux, 1957.

BOEHNER, Ph., *Collected articles on Ockham*. Ed. E. M. Buytaert. New York: The Franciscan Institute, 1958.

BOULNOIS, O., *Philosophie et théologie au moyen âge – Anthologie*. Paris: Les Éditions du Cer, tome II, 2009.

GUPELLUY, R., *Philosophie et théologie chez Guillaume d’Ockham*. Louvain, Nauwelarerts / Paris: Vrin, 1947.

GUERIZOLI, R., “Guilherme de Ockham e os poderes causais das cognições intuitivas”, *Analytica*, v.17, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/view/2169/1899>> Acesso em: 17 dez. 2018

MICHON, C., *Nominalisme. La théorie de la signification d’Occam*. Paris: Vrin, 1994.

MOLINARI, J. R., *Sobre a função do “signo natural” na lógica ockhamiana*. Revista Em curso, v. 3, 2016. Disponível em: <<http://www.emcurso.ufscar.br/index.php/emcurso/article/view/96>> Acesso em: 17 dez. 2018

OLIVEIRA, C. E., *Intuição e verdade em Guilherme de Ockham. Sobre a notícia evidente na Primeira questão do Prólogo da Ordinatio*. Mestrado em Filosofia. São Paulo: USP, 2001.

_____. *Guilherme de Ockham e a causalidade na notitia intuitiva de re non existente*. Inédito.

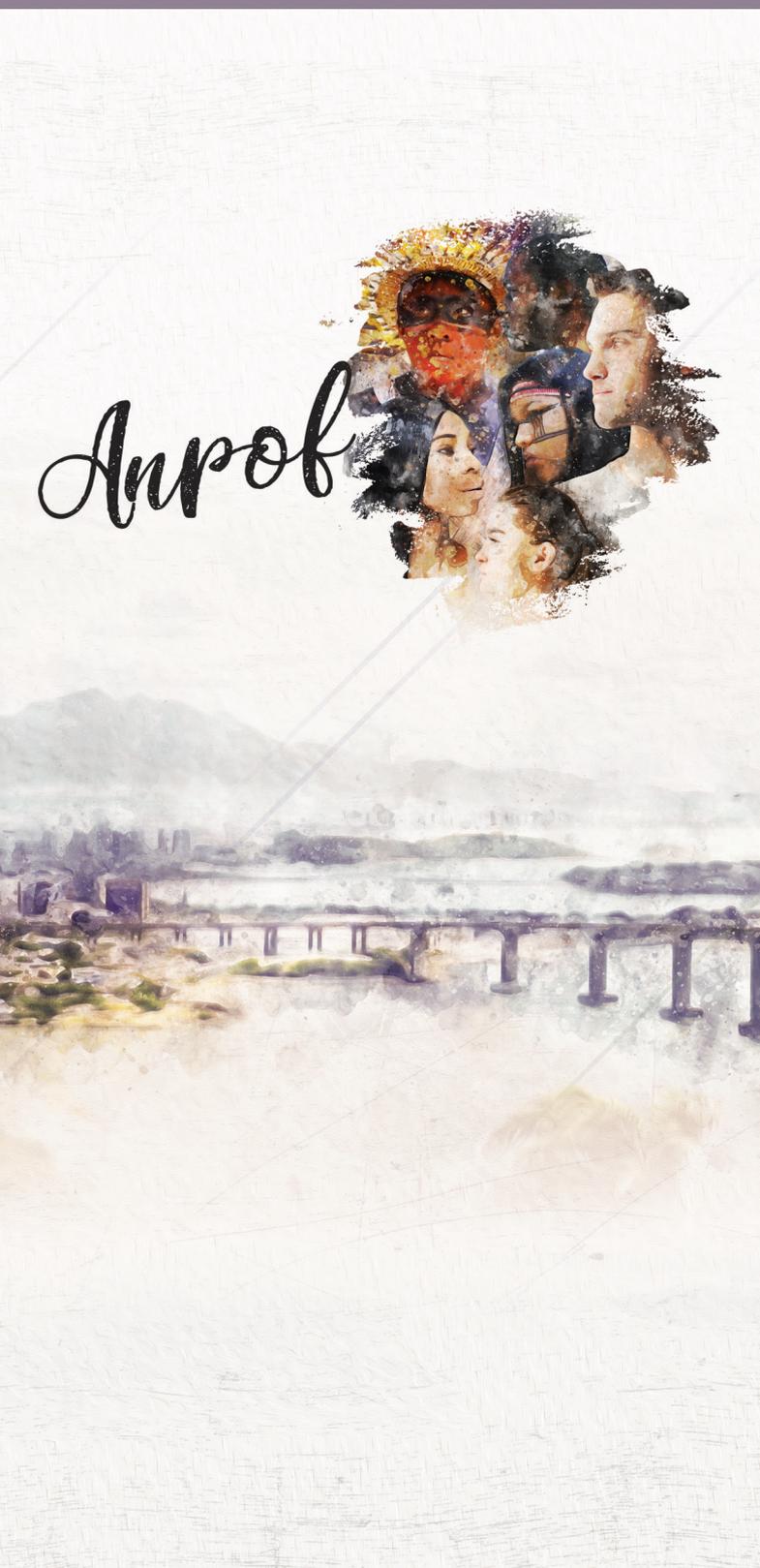
PANACCIO, C., *Ockham on concepts*. Aldershot: Ashgate, 2004.

PANACCIO, C., and PICHÉ, D., “Ockham’s reliabilism and the intuition of non-existents” in LAGERLUND, H., ed., *Rethinking the history of skepticism: The missing medieval background*. Leiden: Brill, 2010, pp. 97-118.

PERINI-SANTOS, E., *Modalité et évidence: la description ockhamienne de la connaissance*. Thèse de Docteur. Université de Tours, 2001.

_____, *Existe uma resposta Ockhamiana (ou não ockhamiana) ao ceticismo?* In *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Série 3, vol. 15, n. 2, 2005, pp. 435-456. Disponível em: <<https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/cadernos/article/view/624>> Acesso em: 17 dez. 2018

SCHIERBAUM, S., *Ockham's assumption of mental speech: thinking in a world of particulars*. Leiden: Brill, 2014.



Filosofia Medieval

Alfredo Storck

Ana Rieger Schmidt

Cristiane Negreiros Abbud Ayoub

Jorge L. Viesenteiner

Manoel Vasconcellos

Nilo César B. Silva

(Orgs.)



Filosofia Medieval

Alfredo Storck

Ana Rieger Schmidt

Cristiane Negreiros Abbud Ayoub

Jorge L. Viesenteiner

Manoel Vasconcellos

Nilo César B. Silva

(Orgs.)



ANPOF - Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia

Diretoria 2019-2020

Adriano Correia Silva (UFG)
Antônio Edmilson Paschoal (UFPR)
Suzana de Castro (UFRJ)
Franciele Bete Petry (UFSC)
Patrícia Del Nero Velasco (UFABC)
Agnaldo Portugal (UNB)
Luiz Felipe Sahd (UFC)
Vilmar Debona (UFMS)
Jorge Viesenteiner (UFES)
Eder Soares Santos (UEL)

Diretoria 2017-2018

Adriano Correia Silva (UFG)
Antônio Edmilson Paschoal (UFPR)
Suzana de Castro (UFRJ)
Agnaldo Portugal (UNB)
Noéli Ramme (UERJ)
Luiz Felipe Sahd (UFC)
Cintia Vieira da Silva (UFOP)
Monica Layola Stival (UFSCAR)
Jorge Viesenteiner (UFES)
Eder Soares Santos (UEL)

Diretoria 2015-2016

Marcelo Carvalho (UNIFESP)
Adriano N. Brito (UNISINOS)
Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros (USP)
Antônio Carlos dos Santos (UFS)
André da Silva Porto (UFG)
Ernani Pinheiro Chaves (UFPA)
Maria Isabel de Magalhães Papaterra Limongi (UPFR)
Marcelo Pimenta Marques (UFMG)
Edgar da Rocha Marques (UERJ)
Lia Levy (UFRGS)

Diretoria 2013-2014

Marcelo Carvalho (UNIFESP)
Adriano N. Brito (UNISINOS)
Ethel Rocha (UFRJ)
Gabriel Pancera (UFMG)
Hélder Carvalho (UFPI)
Lia Levy (UFRGS)
Érico Andrade (UFPE)
Delamar V. Dutra (UFSC)

Diretoria 2011-2012

Vinicius de Figueiredo (UFPR)
Edgar da Rocha Marques (UFRJ)
Telma de Souza Birchall (UFMG)
Bento Prado de Almeida Neto (UFSCAR)
Maria Aparecida de Paiva Montenegro (UFC)
Darlei Dall'Agnol (UFSC)
Daniel Omar Perez (PUC/PR)
Marcelo de Carvalho (UNIFESP)

Produção

Antonio Florentino Neto

Editor da coleção ANPOF XVIII Encontro

Jorge Luiz Viesenteiner

Diagramação e produção gráfica

Editora Phi

Capa

Adriano de Andrade

Comitê Científico: Coordenadoras e Coordenadores de GTs e de Programas de Pós-graduação

Admar Almeida da Costa (UFRRJ)
Adriano Correia Silva (UFG)
Affonso Henrique V. da Costa (UFRRJ)
Agemir Bavaresco (PUCRS)
Aldo Dinucci (UFS)
Alessandro B. Duarte (UFRRJ)
Alessandro Rodrigues Pimenta (UFT)
Alfredo Storck (UFRGS)
Amaro de Oliveira Fleck (UFMG)
Ana Rieger Schmidt (UFRGS)
André Cressoni (UFG)
André Leclerc (UnB)
Antonio Carlos dos Santos (UFS)
Antonio Edmilson Paschoal (UFPR)
Antonio Glaudenir Brasil Maia (UVA)
Araceli Rosich Soares Velloso (UFG)
Arthur Araújo (UFES)
Bartolomeu Leite da Silva (UFPB)
Bento Prado Neto (UFSCAR)
Breno Ricardo (UFMT)
Cecilia Cintra C. de Macedo (UNIFESP)
Celso Braidá (UFSC)
Cesar Augusto Battisti (UNIOESE)
Christian Hamm (UFMS)
Christian Lindberg (UFS)
Cicero Cunha Bezerra (UFS)
Clademir Luis Araldi (UFPEL)
Claudemir Roque Tossato (UNIFESP)
Claudinei Freitas da Silva (UNIOESTE)
Cláudio R. C. Leivas (UFPEL)
Clóvis Brondani (UFFS)
Cristiane N. Abbud Ayoub (UFABC)
Cristiano Perius (UEM)
Cristina Foroni (UFPR)
Cristina Viana Meireles (UFAL)
Daniel Omar Perez (UNICAMP)
Daniel Pansarelli (UFABC)
Daniel Peres Coutinho (UFBA)

Dirce Eleonora Nigro Solis (UERJ)
Eder Soares Santos (UEL)
Eduardo Aníbal Pellejero (UFRN)
Emanuel Â. da Rocha Fragoso (UECE)
Enoque Feitosa Sobreira Filho (UFPB)
Ester M. Dreher Heuser (UNIOESTE)
Evaldo Becker (UFS)
Evaldo Sampaio (UnB/Metafísica)
Fátima Évora (UNICAMP)
Fernando Meireles M. Henriques (UFAL)
Filipe Campello (UFPE)
Flamarion Caldeira Ramos (UFABC)
Floriano Jonas Cesar (USJT)
Franciele Bete Petry (UFSC)
Francisco Valdério (UEMA)
Georgia Amitrano (UFU)
Gisele Amaral (UFRN)
Guido Imaguire (UFRJ)
Gustavo Silvano Batista (UFPI)
Helder Buenos A. de Carvalho (UFPI)
Henrique Cairus (UFRJ)
Hugo F. de Araújo (UFC)
Jacira de Freitas (UNIFESP)
Jadir Antunes (UNIOESTE)
Jelson Oliveira (PUCPR)
João Carlos Salles (UFBA)
Jorge Alberto Molina (UERGS)
José Lourenço (UFSM)
Júlia Sichieri Moura (UFSC)
Juvenal Savian Filho (UNIFESP)
Leonardo Alves Vieira (UFMG)
Lívia Guimarães (UFMG)
Luciano Carlos Utteiche (UNIOESTE)
Luciano Donizetti (UFJF)
Ludovic Soutif (PUCRJ)
Luís César G. Oliva (USP)
Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)
Luiz Rohden (UNISINOS)
Manoel Vasconcellos (UFPEL)
Marcela F. de Oliveira (PUCRJ)
Marcelo Esteban Coniglio (UNICAMP)

Márcia Zebina Araújo da Silva (UFG)
Márcio Custódio (UNICAMP)
Marco Antonio Azevedo (UNISINOS)
Marcos H. da Silva Rosa (UERJ)
Maria Cecília Pedreira de Almeida (UnB)
Maria Cristina de Távora Sparano (UFPI)
Maria Cristina Müller (UEL)
Marina Velasco (UFRJ/PPGLM)
Mariana Cláudia Broens (UNESP)
Mariana de Toledo Barbosa (UFF)
Mário Nogueira de Oliveira (UFOP)
Mauro Castelo Branco de Moura (UFBA)
Max R. Vicentini (UEM)
Michela Bordignon (UFABC)
Milton Meira do Nascimento (USP)
Nathalie Bressiani (UFABC)
Nilo César B. Silva (UFCA)
Nilo Ribeiro (FAJE)
Patrícia Coradim Sita (UEM)
Patrícia Kauark (UFMG)
Patrick Pessoa (UFF)
Paulo Afonso de Araújo (UFJF)
Pedro Duarte de Andrade (PUCRJ)
Pedro Leão da Costa Neto (UTP)
Pedro Paulo da Costa Corôa (UFPA)
Peter Pál Pélbart (PUCSP)
Rafael de Almeida Padial (UNICAMP)
Renato Moscateli (UFG)
Ricardo Bazilio Dalla Vecchia (UFG)
Ricardo Pereira de Melo (UFMS)
Roberto Horácio de Sá Pereira (UFRJ)
Roberto Wu (UFSC)
Rodrigo Guimarães Nunes (PUCRJ)
Rodrigo Ribeiro Alves Neto (UNIRIO)
Samir Haddad (UNIRIO)
Sandro M. Moura de Sena (UFPE)
Sertório de A. Silva Neto (UFU)
Silvana de Souza Ramos (USP)
Sofia Inês A. Stein (UNISINOS)
Sônia Campaner (PUCSP)
Tadeu Verza (UFMG)

Tiegue Vieira Rodrigues (UFSM)
Viviane M. Pereira (UECE)
Vivianne de Castilho Moreira (UFPR)
Waldomiro José da Silva Filho (UFBA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Juliana Farias Motta CRB7/5880

F488

Filosofia Medieval / Organização Alfredo Storck...et al. --
São Paulo: ANPOF, 2019.

186 p.

ISBN: 978-85-88072-78-7

Outros autores: Ana Rieger Schmidt, Cristiane Negreiros, Abbud
Ayoub Jorge L. Viesenteiner, Manoel Vasconcellos, Nilo César B. Silva

Filosofia medieval.I. Storck, A.II. Título

CDD 189

Índice para catálogo sistemático:

1. Filosofia medieval